



ATA ORDINÁRIA Nº 2807/2019

1
2 Aos vinte cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a
3 primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se
4 para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental
5 – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º
6 andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente
7 e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa**
10 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia (Titular), **Fundação**
11 **Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique
12 (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**;
13 Patrick Stephanon Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
14 **Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de**
15 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente),
16 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. CONSELHEIROS NÃO**
17 **GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de**
18 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso**
19 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-**
20 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinicius Vieira de Souza (Titular),
21 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º
22 Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular),
23 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Fernando
24 Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
25 **SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção**
26 **Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio**
27 **Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto
28 Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo
29 Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson
30 Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três –**
31 **RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**
32 **Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de**
33 **Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de**
34 **Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de**
35 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**
36 **HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria**
37 **Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços**
38 **Taquigráficos. PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2804/2019 ; 3. Ordem do Dia; 4.**
39 **Comunicações.** Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos
40 trabalhos às 16h46min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário**
41 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Boa noite, senhores
42 conselheiros. Dando início a mais um trabalho do Conselho do Plano. Eu proponho a
43 inversão de pauta para a gente entrar no período de comunicação, porque das últimas
44 vezes a gente queria encaminhar alguns assuntos com vocês e conforme mais tarde o
45 pessoal vai se retirando, vai saindo. Eu acho que seria interessante fazer alguns
46 comunicados, algumas proposições que a gente tem de trabalho para fazer. Então, coloco
47 em votação. Quem é favorável? (Contagem de votos = 18 votos). Contrários? (Contagem



48 de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções).
49 **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA. 4. COMUNICAÇÕES.** Então, no período de
50 comunicações eu gostaria de propor para vocês, conhecendo o trabalho que cada um
51 aqui, principalmente das regiões de planejamento, em respeito um pouco a esse trabalho
52 tão nobre que vocês dão e contribuem para a cidade, eu sei que é um ponto bastante
53 tenso a questão do horário aqui, em função de ser horário de expediente. Eu acho que foi
54 objeto de bastante polêmica, e refletindo, e tentando entender, e compreender a realidade
55 de vocês, todo mundo aqui trabalha, tem suas atividades. Então, eu proponho que a gente
56 transfira o horário e altere Decreto que assim regulou o horário das 16 horas, para a
57 primeira chamada às 17h30min e segunda chamada às 18 horas. Eu acho que aí fica mais
58 em uma zona de convergência, dá um tempo de trabalha se organizar. Eu sei que isso
59 para os colegas da administração dificulta um pouco, mas a gente conversou inteiramente
60 também, o pessoal entendeu como é importante ter esta representação no Conselho da
61 comunidade. Então, a minha proposição é nesse sentido, só que a gente teria que
62 terminar, concluir às 20 horas, também em respeito um pouco aos colegas da
63 administração que estão desde cedo aí trabalhando. Então, a nossa proposição é que
64 tenha essa primeira chamada às 17h30min, depois às 18 horas a segunda chamada, mas
65 às 20 horas a gente encerra. E para isso talvez seja adequado a gente regular, já propor
66 aqui para vocês uns períodos máximos de fala. A minha posição para gente tentar
67 construir, porque como o tempo vai apertar para às 20 horas, serão 2 horas Conselho, a
68 gente tentar enfrentar todas as pautas, de se ter 10 minutos de relato, 5 minutos de
69 comunicação, 2 minutos para Questão de Ordem e 1 minuto para réplica. Aí a gente
70 controla, eu peço para Dra. Gabrielle que me auxilie no controle, a gente fica bem rígido
71 para tentar viabilizar dentro dessas 2 horas e a gente dar conta da nossa pauta. Eu acho
72 que a gente estende um pouquinho o horário, sede nesse ponto aí que a administração
73 estava com uma ponderação contrária. Eu acho que todo mundo sai ganhando, a cidade
74 ganha, tem a palavra possibilidade da comunidade participar dessas reuniões. **Hermes de**
75 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
76 **SAERGS:** Boa noite... Boa tarde, aliás. Primeiro parabenizar, porque isso aí foi o motivo
77 de tanta discussão, parece que era a birra, mas tudo bem. Eu só queria levantar, eu acho
78 que seria razoável aumentar esse tempo 1 minuto, porque 1 minuto de discussão séria
79 para uma réplica é praticamente inviável. A gente tenta ser mais objetivo, tenta, mais é
80 quase que impossível 1 minuto para uma conversa. **Germano Bremm, Presidente e**
81 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, 2
82 minutos. São 10 minutos relatos, 5% comunicação, 2 minutos Questão de Ordem e 2 para
83 réplica. Mais alguém para manifestação? **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de**
84 **Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** No mesmo sentido que o Hermes coloca,
85 chega em um horário intermediário bem interessante, porque não estende o início para às
86 19 horas e também fica no meio da tarde aqui. Eu achei bem coerente a proposta, não
87 sobrecarrega aqueles que querem ocupar o turno da noite com outra atividade. O horário
88 das 8 horas para terminar é um teto interessante também. Então, da mesma forma como o
89 Hermes colocou eu achei bem positivo. Imagino que todos os colegas aqui presentes
90 tenham um sentimento nessa direção também. Obrigado, Presidente. **Jackson Roberto**
91 **Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:**
92 Parabéns, Secretário. Eu acho que chegaste no ponto que nós queríamos. Eu concordo
93 com os demais colegas aí, que nós vínhamos debatendo desde junho do ano passado por
94 causa desse horário. Então, eu acho que teve essa sensibilidade e concordo com os 2
95 minutos de réplica que foram atingidos. É isso aí. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**



96 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Na mesma direção do que
97 os outros colegas falaram, eu acho isso um ponto positivo, porque a gente vem tentando
98 conciliar o horário e sempre foi uma dificuldade para nós profissionais liberais, que temos
99 que trabalhar. Então, 16 horas fica complicado, a gente tem que se superar para estar
100 aqui. Das 17 horas, 17h30min, 18 horas melhora muito, facilita. Então, quero parabenizar,
101 porque isso nos capacita ao diálogo e os 2 minutos também me parece um tempo bom.
102 Apesar de que no Conselho do Orçamento Participativo nós temos 3 minutos para réplica,
103 mas me contento com os 2 minutos. Parabéns. **José Francisco Rodrigues Furtado**
104 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Parabéns,
105 Presidente. Realmente, era bem isso que nós precisávamos ter, regras claras e
106 específicas. E eu peço aos colegas conselheiros que controlem o prazo, o tempo, porque
107 nós tivemos também em outros casos que tinha definição de tempo e se alongavam, e se
108 alongavam, e se alongavam. Então, temos agora regras específicas, com controle de
109 tempo. E, Senhor Presidente, quando terminar o tempo terminou o tempo, corta-se o
110 microfone. Tá? Vamos manter as regras. Obrigado! (Aplausos). **Germano Bremm,**
111 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
112 Mais alguém em comunicação? Então, vamos colocar em votação, principalmente, o
113 tempo. A questão do horário é um compromisso nosso, como ele está em decreto vamos
114 produzir essa alteração legislativa. Eu acho que foi questão de debate judicial, a gente
115 altera isso junto à administração. Então, a gente coloca em votação o tempo acordado de
116 10 minutos de relato, 5 minutos de comunicação, 2 minutos para Questão de Ordem e
117 réplica. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de
118 votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO**
119 **O PERÍODO ORGANIZADO.** Passamos, então, para o período de comunicação,
120 passamos para o Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto**
121 **de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, não me manifestei sobre o horário pelo caráter
122 público das sessões que possam ser acompanhados por mais pessoas fora do horário
123 comercial. Eu pedi a palavra para falar de duas atividades, uma que participamos ontem,
124 né, Paulo Jorge? Da conferência de síntese dos Resultados de uma pesquisa importante
125 que foi feita sobre mobilidade saudável, com o Professor Júlio Vargas. Os resultados estão
126 sendo sistematizados, outros procedimentos que devem acontecer para tornar público em
127 um site, uma pesquisa que aconteceu em Porto Alegre, Florianópolis, Brasília e em Oxford.
128 Aqui em Porto Alegre se baseou ali na Cruzeiro, Tronco e Menino Deus, sobre a questão
129 da mobilidade saudável. E divulgar que quinta-feira nós vamos ter a presença lá no
130 Quintas no Solar, que é a nossa nova atividade, que era quarta-feira no IAB, o arquiteto
131 Júlio Vargas, pesquisador dessa atividade de pesquisa e o Vinícius Neto, que tem uma
132 pesquisa importante junto com Júlio Vargas e Renato Saboya de Santa Catarina, sobre a
133 questão de mobilidade e uso do solo. É uma questão muito importante, uma questão que
134 tem sido debatida, aqui em Porto Alegre vários tem manifestado a questão de recurso de
135 jardim, alinhamento, etc., que acredito que ele vai tirar algumas preocupações que ele
136 mesmo tem manifestado sobre uma compreensão errada do resultado da pesquisa, sobre
137 fachada ativa, mas que tem sido usado para discurso de desregulamentação da atividade,
138 que não é bem assim que ele traz, não é bem esse o resultado das pesquisas dele. Então,
139 quinta-feira às 19h30min no IAB, entrada franca sempre, quem quiser levar um quilo de
140 alimento, a gente tem uma parceria com o pessoal do Banrisul Solidário, que trabalha com
141 higiene pessoal para a população de rua. Então, é interessante, qualquer material de
142 higiene que puder levar é bacana. Obrigado. **Vinícius Vieira de Souza (Titular),**
143 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Só uma colocação,



144 Presidente, porque eu não tive oportunidade de falar outras vezes. Tem duas questões
145 que me incomodam, certamente incomoda a maioria dos colegas, a questão dos
146 microfones. Se puder mais em frente dar uma atenção, porque é um assunto que vem de
147 longa data e vem incomodando, é algo que imagino que deva ter algum setor da prefeitura
148 que tenha capacidade para resolver isso com alguma facilidade. Então, dar uma atenção
149 especial, porque é algo muito caro para nós, a questão de falar, ter voz e seu ouvido
150 também, né. Outra questão é apresentação, noto que está ali um pouco amarelado (tela).
151 Não sei, desde que eu entrei no Conselho está assim isso, isso prejudica muito.
152 (Manifestação fora do microfone). **Gabrielle, Secretaria Executiva:** Está tudo
153 encaminhado, só estamos aguardando a questão do pagamento. **Vinícius Vieira de**
154 **Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Ah, que
155 bom, que bom. Maravilha. Muito obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
156 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu botei aqui no quadro,
157 depois a gente manda para secretaria do Conselho para fazer a divulgação, aquele debate
158 que a gente ia ter sobre a questão ambiental e o plano diretor. Infelizmente, a Jéssica, que
159 é engenheira lá de Novo Hamburgo, adoeceu no dia. Então, a gente está reeditando, vai
160 ser agora no dia 1º de julho, lá na sede da ABES. Então, a gente vai passar para
161 secretaria, para a secretaria poder passar para o Conselho lembrando. Obrigado.
162 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
163 **2:** Como o microfone não passou antes da votação por aqui, só quero dar mais uma
164 sugestão, é em relação às questões de ordem, Presidente. Nós também temos que limitar,
165 porque quando em muitos casos os conselheiros não tendo um outro tipo de tempo para
166 fazer o uso da palavra, a primeira coisa que o conselheiro busca é o artifício do da
167 Questão de Ordem e acaba fazendo uma segunda, terceira intervenção, aí prolonga a
168 nossa reunião. Muitas vezes um conselheiro tem um tempo muito maior de participação na
169 reunião do conselho do que a própria instituição que deveria ter um tempo maior muitas
170 vezes para esclarecer ou fazer melhor o debate do ponto. Eu me refero quando um ponto
171 da nossa pauta está em apreciação do Conselho. **Maristela Maffei (Titular), Região de**
172 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Nós estamos organizando um seminário,
173 juntamente com o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro e o Plano Diretor em relação à
174 questão ambiental. Nós vamos realizar na semana que vem a primeira reunião
175 preparatória, na qual nós gostaríamos muito que fosse indicado alguém da secretaria,
176 porque um dos temas que nós vamos tratar é a questão do Parque Saint' Hilaire, onde
177 entra a questão da barragem e do viveiro. A outra questão é o desmatamento nas áreas de
178 APP, a questão da saúde das áreas nativas, que, inclusive, nós vamos convidar a
179 universidade para se fazer presente, para nós fazermos um mapeamento na região. E a
180 questão da compostagem da Parada 6, que, inclusive, o Secretário Ramiro já adiantou
181 algumas coisas para nós sobre algumas melhorias que vão ser realizadas ali. Então, eu
182 passo em seguida para sua secretária ou secretário para que a gente possa informar o dia
183 que nós vamos construir esse seminário com as escolas, com a universidade, enfim,
184 inclusive com o IAB, que nós estamos convidando para a questão de método. Outro
185 problema grave que nós estamos enfrentando lá na Parada 12, ao lado do PA do posto 24
186 horas é uma grilagem que está sendo vendida, é uma área que está em penhora judicial.
187 O cara está vendendo, mas o mais grave, além do desmatamento que estão fazendo é
188 que agora eles desmataram parte da área do Arroio Taquara, que é o maior afluente ali da
189 barragem desativada da Lomba do Sabão e fizeram um pontilhão no feriado, um pontilhão
190 clandestino, enfim. Hoje eu liguei para 156, mas nós temos um problema grave ali
191 denúncias às vezes e a gente tem que se identificar, e nós recebemos ameaças lá. Então,



192 nós precisamos conversar sobre isso, porque hoje é urgente essa questão que está
193 acontecendo. Então, nós gostaríamos que pudéssemos passar uma informação mais
194 precisa, porque foi assim que o orientado pelo Sérgio Brum. E nós não vamos fazer dessa
195 forma, porque vamos correr riscos. Gostaríamos, então, de acertarmos essa questão da de
196 como vamos tratar lá dessa ocupação que nós tivemos, que para nós é
197 superdesordenado, é um caos. Então, no momento era isso, secretário. **Paulo Jorge**
198 **Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Meus
199 parabéns, Secretário e Presidente Germano, pela produção. Espero que o senhor consiga
200 conduzir dessa forma, que está começando bem, porque vassoura nova, né... Para ser
201 mais prático e não se alongar, tem que cuidar os relatores quando pegam os processos e
202 leem 2 horas os processos. Tem que ter tempo para falar, tempo para ler o processo. Tu já
203 foste conselheiro aqui dentro e sabe como funciona. Falando sobre planejamento urbano,
204 eu deixei um ofício aí para que o pessoal viesse apresentar aqui no Conselho os projetos,
205 porque é importante. A minha região tem um projeto da Grande Santa Teresa e do Menino
206 Deus. Então, eu gostaria que o pessoal viesse aqui fazer a apresentação. Depois tem o
207 pessoal da IAB. E amanhã tem na Grande Cruzeiro o FROP com o Secretário Ramiro para
208 falar o levantamento de processos da região. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),**
209 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
210 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Só a título de informação, relembrar assinatura do contrato
211 com a Caixa Econômica Federal, um recurso de 220 milhões para a construção da ETA -
212 Estação de Tratamento de Água Ponta do Arado Sistema de Belém Novo. Então, só para
213 relembrar, foi ponto de pauta aqui no nosso Conselho e está saindo do papel. Já foi
214 assassinado agora no dia 21 de junho no Paço Municipal, foi na sexta-feira passada.
215 Então, é muito importante principalmente para aqueles bairros que têm a dificuldade de a
216 falta de água. Então, a Lomba do Pinheiro está de parabéns para receber a estação de
217 tratamento. Também quero reforçar o convite àqueles que puderem participar, da plenária
218 da Temática de Habitação e Organização da Cidade, que vai ocorrer em julho, dia 18, uma
219 quinta-feira, no Auditório Dante Barone, na Assembleia Legislativa. É uma plenária do
220 Orçamento Participativo, onde vão ser tratados os temas habitação, urbanismo,
221 saneamento. Então, aqueles que puderem participar sejam bem-vindos. Obrigado.
222 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
223 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Nós temos a inscrição do Conselheiro Jakubaszko,
224 nosso ex-conselheiro que pediu a palavra. **Roberto Ivan Raul Jakubaszko:** Boa tarde a
225 todos. Na quinta-feira tem atividade do IAB, tem jogo na casa do coirmão, que a Seleção
226 Brasileira joga, mas temos uma reunião muito importante, onde a pauta será previdência e
227 sindicalismo, o atual momento que o sindicalismo e a previdência no nosso Brasil
228 perpassa. Então, esse evento ocorrerá na Casa dos Conselhos, que fica dentro do Parque
229 Farroupilha, que pouca gente sabe, mas fica lá dentro da Redenção. Ali na Casa dos
230 Conselhos, 19 horas, quinta-feira. Está todo mundo convidado, deputados, juristas,
231 professores, doutores nessa área vão falar, estão todos convidados para nós escutarmos
232 um pouco do nosso momento do sindicalismo e da nossa presidência. E me permitam, até
233 porque eu já fiz parte deste Conselho, mas fiquei profundamente chateado em inverter o
234 voto da comunidade, depois que a comunidade foi toda embora, a comunidade sempre é
235 esquecida. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**
236 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa tarde. Eu só queria registrar a disposição da mesa
237 atual, do Presidente Germano em acatar, porque era um desejo nosso de muito tempo. A
238 gente se perdia nessa demanda judicial que tinha, ou ficava passando para depois. Na
239 verdade, nós estávamos meio que assoberbados de ter que trabalhar toda semana 4



240 horas, o que é um absurdo para uma atividade de conselho, que as pessoas já vêm de um
241 dia laborioso, né. E aí está acontecendo tudo isso. Então, retomamos a uma situação que
242 a gente já teve, anteriormente, mas parecido ao menos com aquela situação, né, que nós
243 vamos ter um período de trabalho de 2 horas, que é bem razoável, e tocar a vida. Quero
244 dar os parabéns ao Presidente Germano pela sua sensibilidade em conduzir as coisas da
245 maneira que está conduzindo. Era isso aí. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
246 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
247 Conselheiro Gomes. Só fazendo um aparte aqui, eu peço desculpas talvez pela minha
248 inabilidade ainda de condução dos trabalhos, horários, enfim, a gente vai aprendendo, mas
249 quero que fique bem claro aqui a minha forma de trabalhar sempre na tentativa de
250 construir, da gente aprofundar os debates. Eu sempre fui uma pessoa que respeitei muito
251 o trabalho deste Conselho, sempre defendi ele, Gomes, e outros sabem, perante o
252 governo, perante as demais secretarias. Eu entendo como de extrema importância para a
253 estruturação do Plano Diretor da cidade. A gente tem o debate do Plano Diretor logo em
254 seguida, na semana que vem a gente quer trazer algumas propostas aqui para vocês de
255 caminhamento, para a gente começar a fazer essa discussão. Estamos fazendo a
256 estruturação final do trabalho e na sequência é trazer para vocês. Eu tenho um canal
257 bastante aberto de diálogo. Eu sei que a gente vai ter momentos difíceis, compreensões
258 diferentes, entendimentos opostos, mas isso faz parte do processo. A gente sempre tem
259 que nivelar o conhecimento, eu vou tentar fazer um encontro com a administração também
260 que tem acento neste conselho, para sempre que possível esclarecer o máximo, os
261 processos que estão em tramitação, fazer a defesa da explicação técnica, porque eu acho
262 que o que muito se tem aqui é um pouco do ruído da incompreensão. Talvez lá
263 internamente os técnicos tenham uma compreensão muito clara daquilo que está se
264 enviando para cá, mas essa viagem do que vem da comissão até aqui chega com o ruído
265 e a incompreensão gera uma série de debates e o pessoal fica discutindo, com dúvida.
266 Então, o meu desafio é tentar trazer esses esclarecimentos o máximo possível, trazer esse
267 conhecimento técnico, porque na administração pública a gente só avança assim, quando
268 a gente consegue nivelar o conhecimento. Eu acho que quando tu nivelas o conhecimento
269 a gente consegue dar um passo à frente. Então, esse é o meu perfil de trabalho, vou tentar
270 conduzir, sei que daqui a pouco a gente vai ter algum momento difícil, porque
271 compreensões são diversas, entendimentos são diversos, mas eu acho que o importante é
272 a gente amadurecer junto, aproveitar esse espaço de diálogo tão importante para a cidade,
273 que é o Conselho do Plano para a gente amadurecer nas pautas que a cidade demanda e
274 precisa. Passo, então, ao Conselho Rogério. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato**
275 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Secretário Germano,
276 primeira vez que eu estou aqui na presença da sua condução da reunião, porque na vez
277 passada eu não pude comparecer. Então, eu venho saudar a sua presença à secretaria e
278 do conselho. Lembro muito bem essas palavras que o senhor acabou de proferir, porque o
279 senhor foi nosso colega aqui por bastante tempo, exatamente isso falou, que sempre teve
280 uma condução bastante próxima a nós aqui. Então, acho que foi salutar essa formatação
281 sobre o tempo. Também vou contribuir um pouco com a minha experiência lá de 2007, eu
282 acho que foi, que eu era conselheiro aqui, na gestão Fogaça, quando entraram alguns
283 conselheiros novos, como aconteceu agora, particularmente, ali o pessoal da Acesso e
284 outras pessoas aqui que são novos conselheiros, que não tinham muito conhecimento da
285 metodologia e da análise dos processos. Então, naquela oportunidade, quando existia
286 muita dúvida a secretaria chegava próximo ao Conselheiro, oferecia ajuda no
287 entendimento antes de chegar na sessão, porque o conselheiro novo não está acostumado



288 com a metodologia de como fazer toda análise do processo para chegar no relato. Então,
289 havia essa ajuda, para não chegar na reunião e às vezes se delongar um monte a questão
290 por falta de algum entendimento que poderia ser simples. Então, é quase como se fosse
291 uma ouvidoria, aí não precisa analisar o processo desde 1800 e não sei quanto para
292 chegar aqui e – Olha, eu não tive tempo, porque o processo era de 1800 e alguma coisa e
293 eu não consegui ler todo. Então, tem certas coisas que tem um momento zero, que é
294 importante naquele processo. Algumas coisas que aconteceram lá não tem importância
295 para o processo e as pessoas têm que entender. Então, outra coisa que eu queria falar,
296 vejo aqui a preocupação do Rafael sobre mobilidade. Até o Júlio foi meu contemporâneo
297 lá, foi o orador da minha turma de arquitetos, tem um trabalho bastante longo sobre isso aí.
298 E eu fico imaginando, já que a gente está falando da Secretaria de Meio Ambiente e tal, o
299 meu um sonho quando eu passo pela Perimetral e vejo no domingo aquela parte do
300 corredor de ônibus com muita gente utilizando aquilo ali, fico imaginando o dia que as
301 novas tecnologias permitem, a gente tem até ônibus... Na minha época eu cheguei a andar
302 no trólebus; mas alguma nova tecnologia que a gente possa ter um veículo leve aéreo na
303 Perimetral e libere aquela parte do corredor de ônibus, para ter um grande parque linear
304 que vai até a Juca Batista, que ali as pessoas possam andar de patinete, de bicicleta, de
305 carrinho de lombo e fazer realmente um parque linear, aonde o veículo de circulação de
306 massas possa andar em forma aérea. Dito isso também, o senhor falou em algumas
307 coisas, proposições sobre o Plano Diretor, há bastante tempo a gente tem algum estudo
308 sobre o Quarto Distrito. Eu militei lá no Quarto Distrito, o nosso Conselheiro Osório era
309 Vivo, eu também ajudei ele em alguns entendimentos, ajudei a Angélica Conzen, que era
310 famosa naquela região. (Sinalização de tempo esgotado). No Quarto Distrito a gente tem
311 uma consultoria contratada, eu acho que até o Banco Mundial está envolvido, mas nós não
312 temos conhecimento do que tá sendo repensado, porque já teve alguma coisa com o
313 Arquiteto Belane, no momento passado, agora tem outra visão e eu acho que o conselho
314 deveria também participar desse olhar sobre o Quarto Distrito, que seria a meu ver muito
315 importante para a cidade se a gente pudesse dar uma nova visão, uma nova roupagem
316 para o Quarto Distrito. Muito obrigado e desculpe porque me alonguei um pouco. **Germano**
317 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
318 **SMAMS:** Obrigado Conselheiro. Com certeza a gente vai avançando essas pautas na
319 medida que a gente tem as reuniões, é a minha perspectiva de trabalho, de trazer esses
320 debates aqui e a gente fortalecer o conselho, amadurecer, crescer compartilhar o
321 aprendizado um com o outro. Eu tenho certeza que todo mundo avança e cresce.
322 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu
323 tenho vários tópicos que eu gostaria de focar, um pelo menos é a condição dos
324 elevadores deste prédio, que põem em risco a nossa própria segurança quando a gente
325 embarca. Eu acho que seria uma preocupação também que o Senhor pudesse ter com
326 relação à manutenção dos elevadores. Primeiro, eles fecham com uma velocidade
327 espantosa. Então, para que ninguém se fira. Então, é um primeiro relato. O segundo, a
328 gente sabe que tem um PL na Câmara de Vereadores sobre a venda de vários patrimônios
329 públicos, prédios públicos, inclusive, este prédio está na listagem, segundo informações
330 que a gente tem. Então, eu gostaria que este conselho pudesse discutir isso, fazer uma
331 avaliação desses prédios, o que representa isso para cidade. Então, está na Câmara de
332 Vereadores este PL, parece que está com a Mônica Leal, que estaria analisando. A outra
333 colocação é a Baronesa do Gravataí, que continua resistindo ali há três semanas, que
334 foram reintegrados de um prédio abandonado de mais de 15 anos. E eu gostaria de
335 solicitar aos conselheiros que pudessem ir ver o que representa esse grupo e o que o



336 grupo está propondo para aquele espaço ocioso há mais de 15 anos. A sociedade
337 propondo solução para o poder público e não é pedindo recurso, é a possibilidade de ter o
338 prédio sobre o seu controle para buscar os recursos e construir um projeto tendo como
339 centro cultural e moradia, levando a questão africana e a questão indígena. A outra
340 colocação que eu gostaria de fazer é a questão do plano diretor. É importante que a gente
341 tenha um debate específico sobre isso, e já vi que o senhor salientou que está propondo
342 para uma próxima reunião discutir isso, mas não basta discutir, nós temos que
343 potencializar os fóruns regionais de planejamento, para que a gente possa discutir com os
344 nossos delegados e delegadas. É um momento importante para a cidade e a gente precisa
345 ter a capacidade de dialogar na divergência, tentar achar o ponto de convergência, que
346 não é fácil nesse momento de intolerância nacional, local e estadual. Então, é importante
347 que a gente tenha a capacidade de dialogar, mesmo sendo de divergente. E a questão não
348 é partidária, a questão é sempre política e ideológica, a questão é política, mas política
349 habitacional, política de planejamento, a questão é política e são ideias. Então, é
350 ideológico também. Nós estamos dialogando sobre ideias. Isso me chateia muito quanto à
351 questão ideológica, é ideológica, são posições, são ideias que vamos à mesa e temos que
352 achar consenso, nós temos que ter a capacidade de conciliar na divergência. Por fim, eu
353 entendo que este conselho deve se reunir com um conselho que é uma marca desta
354 cidade, que está fazendo 30 anos este ano, que é o Conselho do Orçamento Participativo.
355 Nunca este conselho e o OP se reuniu para discutir as questões das suas regiões. Então,
356 é importante que este conselho tenha a capacidade de discutir com seus pares, com o
357 Conselho do Orçamento Participativo, porque muitos temas, muitas demandas, muitas
358 colocações da população são atinentes a sua vida, ao seu dia a dia, regularização
359 fundiária. Eu gostaria que este conselho também se debruçasse um período sobre a
360 regularização fundiária, que a gente tivesse capacidade... (Sinalização de tempo
361 esgotado). Já estou concluindo. Tivesse capacidade de dialogar, porque isso é uma chaga
362 da cidade, a gente não tem capacidade, ficar 20 anos para regularizar uma comunidade,
363 que estão lá e muitas vezes adquiriram a área e não conseguem regularizar a sua moradia
364 e ter a sua matrícula. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
365 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro.
366 Excelente contribuição. Não havendo mais inscritos, passamos ao item **2. VOTAÇÃO ATA**
367 **Nº 2804/2019.** Alguma manifestação? Vamos à votação. Favoráveis? (Contagem de votos
368 = 13 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de
369 abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA 2804/2019.** Passamos a **3. ORDEM DO**
370 **DIA.** O Item **3.1. EXPEDIENTE nº 18.0.000120309-2. INTERESSADO: SMURB.**
371 **ASSUNTO: Desgravame de traçado viário, ajuste de traçado e ajuste nos limites das**
372 **utilidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. Relator: ABES.** Prazo para o relato na data de
373 hoje do Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**
374 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite para todos. O processo já está
375 correndo aqui há um bom tempo e ele sofre um pouquinho do problema daqueles outros
376 processos que a gente tem tido no dia a dia, ele é gerado por um processo, depois de
377 gerar este processo ele abre outros processos. Então, ele é um processo derivado de um
378 processo original. O processo original foi um estabelecimento comercial, que está aqui
379 nessa foto, que procurou a sua regularização. O endereço já foi lido, é a região do Jackão,
380 já deve pedir vista ao processo. Então, já vou dar um pouco o meu parecer, minha análise.
381 Então, este empreendimento pediu para se regularizar e a única maneira de se regularizar
382 é fazendo o ajuste de limites das subunidades. Então, ali é uma região exclusiva para
383 moradia, teria que ser uma região de uso misto. No processo a equipe da SMDE analisa e



384 parte da análise da viabilidade em termos de acessibilidade. Então, eles analisam que a
385 via de acesso é uma via com capacidade de suportar um trânsito um pouco maior,
386 derivado de uma alteração de uma área única e exclusivamente residencial para uma área
387 de uso misto. Eu na época questionei esta área de uso misto, aí passaria para uso misto
388 no entorno do quarteirão desta Rua Wolfram Metzler. A parte externa toda do quarteirão
389 passaria a ser de uso misto. Eu vou dar um parecer prévio hoje aqui, mas me submeto
390 plenamente a que vai vir das vista da região por uma vivência que eu tenho pessoal. Eu
391 morava, já falei aqui várias vezes, numa rua que era residencial, no meio da minha vida
392 resolveram aqui no planejamento transformar em uma área mista. Eu tive que me mudar,
393 porque eu não pude mais morar ali, porque era ao lado do Nono Ludovico, o pessoal ia lá
394 dentro, tranquilamente, o barulho não saia lá de dentro, mas as pessoas a uma, duas, três
395 da manhã saiam do Nono Ludovico e aí aquele movimento que não é típico de um bairro
396 residencial, de uma zona residencial. Então, não evocando o direito meu, enquanto
397 proprietário de um imóvel, mas eu comprei em um local que eu gostava de morar, estava
398 há duas quadras da antiga Praça da Encol, um bairro agradabilíssimo, que eu não pude
399 mais morar ali, porque todos os finais de semana eu não conseguia dormir. Então,
400 transformar em uma área de uso misto não é tão fácil assim chegar aqui, faz o desenho
401 aqui e ali transforma em área de uso misto. A avenida, a circulação, a via que existe hoje lá
402 tem porte para realmente ter um aumento de carga de veículos, mas eu questiono, porque
403 um dono de supermercado resolveu fazer uma obra de forma irregular, ilegal, aí tu trocas o
404 regime urbanístico de toda a região. No parecer, eu pedi diligência, aí a colega, inclusive,
405 ela leu aqui semana passada, ela não está aqui hoje, a colega que leu há duas semanas, a
406 Gisele, colocando que a vida anda, o Plano Diretor tem que ser entendido dentro da vida
407 que anda. Aí eu tenho um pouquinho de dificuldade de entender, o meu entendimento é
408 que a cidade foi planejada colocando áreas residenciais onde tem áreas residenciais, se
409 assim foi designado assim nós Conselho do Plano Diretor deveríamos administrar, porque
410 (Inaudível) o máximo preservado, não alterando regimes urbanísticos ao acaso, porque um
411 dono de supermercado solicitou. Hoje à tarde teve a reunião da Lomba, né, há duas
412 semanas a gente teve a reunião também, a gente vê outro caso na Lomba do Pinheiro,
413 que era a mesma coisa, um grande supermercado, um imenso supermercado que tem na
414 Lomba do Pinheiro, estabelecido de forma com completamente... Não se não sei se
415 clandestina, ilegal, não sei qual é o adjetivo, o nosso questionamento é que aquele
416 estabelecimento tem alvará da antiga SMIC, tem alvará da Saúde, tem toda a
417 documentação municipal, mas ele não está legalizado enquanto edificação. Então, a gente
418 não entende como é que se estabelece, né. É lógico, tem uma dificuldade de fiscalização,
419 tudo mais, mas como é que as coisas acontecem na cidade sendo alterada a cidade em
420 cima de um Plano Diretor que está aí para ser cumprido, não para ser remendado a cada
421 supermercado que se estabelece na cidade. Então, o meu parecer prévio, e submeto ao
422 que vier da região. O meu parecer prévio seria não aceitar a alteração do regime
423 urbanístico. A questão de gravame na via pública, aí sim, aí o gravame se adequaria na
424 proposta que está sendo apresentada. Uma pequena reivindicação, este é um Processo
425 SEI, onde o parecer vem em PDF, aí eu achei que ia poder entrar no parecer e fazer o
426 meu parecer, mas ele vem previamente já dizendo “aprovado”. Então, se viesse em Word
427 a gente poderia fazer os nossos pareceres, porque eu sou um dos que tem defendido aqui
428 que o parecer de vista para ser dado aqui tem que estar no processo por escrito. Então,
429 vou tentar ver como é que a gente consegue fazer com que se insira ali um parecer meu,
430 prévio, para que o... (Manifestação fora do microfone). Não. Eu tentei agora, eu tentei e
431 vou ter que fazer um anexo. Eu vou fazer isso, infelizmente, durante a noite, não vou fazer



432 agora. Então, o meu parecer hoje seria contrário à troca de regime urbanístico e a favor
433 das adequações viárias de desgravame do traçado viário. **Germano Bremm, Presidente e**
434 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
435 conselheiro relator. Algum pedido de vista? Região 3. Mais alguém? Então, **PEDIDO DE**
436 **VISTA À REGIÃO DE PLANEJAMENTO 3.** Passamos ao Item **3.2. EXPEDIENTE:**
437 **18.0.000136847-4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda.** O
438 Conselheiro Felisberto para o relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
439 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu pedi vista, ainda continuo com as dúvidas,
440 não me senti devidamente esclarecido, tem algumas indagações que não foram sanadas
441 no processo, como, por exemplo, a documentação da Obraprima Incorporação. Não
442 aparece a devida autorização para que possa pleitear. E a questão que mais me causa
443 estranheza é uma rua pavimentada sem ter qualquer explicação para estar pavimentada e
444 consagrada... Consagrada não, porque estão pedindo para consagrar agora, mas está lá
445 pavimentada e quem autorizou? Em que época foi autorizado? Então, ainda continua essa
446 dúvida. E para mim é insanável essa questão da autorização, por enquanto. Então, o meu
447 voto é pela não aprovação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
448 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O relato do Conselheiro Fernando.
449 **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do**
450 **Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Vou tentar ser breve no relato, apesar de ser um
451 pouco tenso. Primeiro, é bom lembrar um pouco o processo e também quanto à rua
452 existente. Esta rua depois foi retirada em função da nova proposta de intervenção viária.
453 (Leitura de parecer). Aí eu cito os eventos, este parecer vai estar no processo. Esta rua era
454 regularizada já em função desta provação. Já existia essa rua e esse gravame foi feito,
455 quando foi feito o empreendimento da Melnick foi solicitada uma contrapartida de outra
456 rua. Aí o que aconteceu? Eu acho que foi um ato falho que desgravou a existente e gravou
457 uma que seria a futura. É isso que se pretende corrigir aqui com a aprovação. Esse é o
458 primeiro ponto. Eu cito essa questão de um erro administrativo. Sem o gravame dessa rua
459 novamente não tem como aprovar o projeto, independente da forma dele, porque ele não
460 tem logradouro. E é isso que se propõe a primeira medida ali de ajuste de gravame. Existe
461 toda essa documentação no processo, isso desde a primeira vista. Não estou falando da
462 segunda vista, aí eu cito elas. (Leitura final: “rejeito o voto do relator pelos fundamentos
463 expostos e encaminho voto favorável ao pleito da resolução”). **Germano Bremm,**
464 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
465 Obrigado, Conselheiro. Profundo relato, conhecedor da área. Em não havendo mais
466 relatos de vista colocamos... A Júlia, por favor. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa**
467 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Serei breve, apenas
468 complementando e talvez elucidando algumas questões, porque eu achei naquele
469 momento inicial complicado entender qual era, efetivamente, o objeto de análise. Então,
470 tentei interpretar e colocar isso no meu relatório. (Leitura do parecer de vista). Eu chamo
471 de “reinclusão” porque este gravame já existiu. Naquela resolução aquela área que está
472 hoje executada da Rua Tajujá foi transformada em área verde no gravame. Então, é um
473 ajuste necessário, reincluindo ela como via. Então, como eu coloco aqui é o desgravame
474 de área verde em decorrência da execução do item 1, visando adequar à situação
475 consolidada da Rua Tajujá, que atualmente está cadastrada como área verde. O item 3 é
476 outro assunto, que é o ajuste nos limites das subunidades 3 e 1, visando atingir o potencial
477 construtivo permitido pela legislação respeitando a área de preservação permanente e
478 diretriz viária que incide no terreno. Eu faço aqui uma síntese dos pareceres existentes no
479 momento em que o redigir este relatório e coloco que no dia 4 de junho foi apresentado em



480 reunião do Conselho, incluído no processo SEI o objeto da presente análise e relato da
481 engenheira Marina Bergamaschi Teixeira, representante da UGDU/SMDE, o qual se
482 apresentou como derradeiro esclarecedor da lacuna de informações que buscava a EPTC
483 suprir ao solicitar vista. É o relatório (Leitura). Eu tinha ficado em dúvida se ele estava
484 solicitando retirar a diretriz estabelecida na Resolução nº 2441, mas não é este o caso, só
485 estão mantendo a diretriz e considerando essa sobrelargura nos 65 metros que já estão
486 implantados. A EPTC rejeita o voto do relator, apresentando voto favorável à aprovação da
487 minuta de resolução em pauta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
488 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Júlia. Muito
489 bem, experiente na área de mobilidade e nos dá a contribuição. O Conselheiro Emerson.
490 **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da**
491 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu trouxe aqui uma
492 mostra do próprio Plano Diretor, a gente fez uma cópia do DWG do Plano Diretor, onde
493 consta a diretriz, a diretriz já consta no Plano Diretor. Esta mostra é de 2017 e já consta o
494 traçado todo da diretriz. Começa por aí. Em questão da legalidade da proposta tem
495 parecer favorável também da PGM. A SDU, foi encaminhada à Procuradoria-Geral no dia
496 11/02/2019, ajuste de traçado viário e cadastramento da Rua Tajuja, inserida na
497 Macrozona 3, unidade de estruturação urbana 110, Bairro Três Figueiras. Ajuste dos
498 limites das subunidades 3 e 1, inseridos na Macrozona 3, Bairro Três Figueiras.
499 Desgravame de área verde em seguida na Macrozona 3, UEU 110, Bairro Três Figueiras.
500 Então, tudo já está acordado junto à PGM, já foi apontado pela PGM, tem parecer
501 favorável da Procuradora Eleonora Brás Serralta, procuradora-chefe. Então, não tem
502 nenhum meio para achar o ilegal da proposta. E nós também estamos habilitados a fazer
503 essas alterações, conforme o artigo 164 do Plano Diretor: “Serão objetos de resolução do
504 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental as matérias que versam
505 ajuste dos limites de área de ocupação intensiva, macrozonas, unidades de estruturação
506 urbana, áreas e lugares de interesses cultural, áreas de ambiência cultural e área de
507 proteção de ambiente natural, ajustes de traçados viários de vias, equipamentos
508 constantes do PDDUA, inclusão de novas vias e novos equipamentos mencionados e
509 localizadas de acordo com os padrões determinados em lei”. Então, é competência deste
510 Conselho fazer todos os ajustes que estão sendo apresentados aqui. Eu acho que aqueles
511 conselheiros que deram o relato favorável são compreensíveis a esse processo, que não é
512 nada ilegal, conforme alguns apontam aqui, que não é de interesse público, que tem algum
513 vício. Isso não é verdade! Para quem leu todo o processo e fez um levantamento a fundo,
514 procurei também colocar aqui a situação da APP, não consta APP nenhuma inserida
515 dentro da área, ela é próxima, tem uma APP próxima, mas não está inserido do terreno,
516 está fora do terreno, porque isso é uma preocupação que a gente sempre teve de não
517 atentar contra o meio ambiente, tentar levar essa matéria da forma mais legítima. Então,
518 dentro desse ponto o Orçamento Participativo é favorável e contribui com essa discussão.
519 Eu acho que o Rafael quer fazer uma colocação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
520 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE
521 ORDEM. Secretário, o Sindicato dos Arquitetos se coloca nesse processo, tendo em vista
522 que nós representamos uma arquiteta e eu, particularmente, acompanho junto à Delegacia
523 Regional do Trabalho uma ação contra essa empresa, entre outros motivos, assédio e
524 questões trabalhistas. Então, nós queremos nos colocar impedidos nesse assunto.
525 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
526 **Sustentabilidade - SMAMS:** Rafael, não? Esclarecimentos? **Rafael Pavan dos Passos**
527 **(2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Que haja um debate antes da



528 votação. Então, só gostaria de considerar a importância da análise mais completa do
529 processo administrativo e que sempre o processo administrativo venha com todo seu
530 histórico. Eu concordo que não parece haver nenhuma ilegalidade ou irregularidade no
531 pedido específico em questão do atual proponente. E processo parece, ou pelo menos
532 como é apontado no relato da Conselheira Claudete que há considerações lá atrás de
533 provavelmente levaram uma resolução equivocada deste Conselho, não no aspecto do
534 gravame da rua, o qual eu mesmo no pleno, como em privado para ela, defendi a
535 importância de manter o gravame da rua. A preocupação que eu teria e que ela me
536 apontou, e pergunto a todos os que apresentaram agora e pediram vista, eu não pedi vista,
537 então, não tive acesso ao processo, é a questão dela ter me apontado outra questão que
538 não estava no seu relato de que já teria havido uma transferência de potencial em função
539 do gravame anterior, que atingia o terreno e que esse proprietário, não sei se esse ou o
540 anterior, já teria sido beneficiado com TPC, com o índice para a venda do índice,
541 anteriormente. Ou seja, ele não teria mais direito a índice agora. Aí eu faço de novo a
542 defesa da gente poder ter sempre acesso ao processo administrativo completo, porque
543 são coisas que ainda que ainda que ninguém seja responsabilizado por um erro de outra
544 gestão deste Conselho, é competência deste Conselho rever suas posições que possam
545 ter sido fruto de equívoco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
546 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para ajudar no esclarecimento, eu acho que
547 esses processos de resolução e alteração de gravame não necessariamente estão
548 vinculados ao processo. é uma demanda que surge muitas vezes em função de processos
549 ou a pedido da própria administração, mas como a competência o plano estabelece, do
550 Conselho aprovar essas resoluções, são remetidas esses pontos específicos. O processo,
551 a discussão, se não é de projeto especial de impacto urbano de segundo grau, o processo
552 vem para cá, acaba que naturalmente não vem esse processo junto, porque é um EVU de
553 primeiro grau ou às vezes nem é EVU, é a própria aprovação de projeto. Por isso vem só
554 esse ponto aqui em função da competência do Conselho de aprovar as resoluções. **Darci
555 Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
556 Ambiental – ABES/RS:** Senhor Secretário, isso que o senhor falou agora a gente sabe. É
557 uma reivindicação do Conselho, porque os processos se dobram. É como o que eu relatei
558 a recém, é o processo de uma demanda de um supermercado, que para poder regularizar
559 criou-se outro processo, só que realmente os processos, e agora esse aí, ficou uns dois
560 meses, este que eu relatei ficou os dois meses, atrasou. Fala-se tanto em atraso em
561 processo aqui e ficou uns dois ou três meses exatamente porque tava mal instruído. Esse
562 tempo todo a gente poderia ter ganho se estivesse vindo com as informações completas,
563 sabendo, e aí os funcionários têm saber disso, que vem para um conselheiro dar um relato
564 e ele não leu o processo lá que originou. Então, a informação tem que ou vem o processo,
565 ou vem a informação que passou naquele processo. Isso é uma coisa a gente já tem
566 falado aqui nas reuniões constantemente. Então, vem os processos, vem os processo,
567 ficam vindo aos pouquinhos, mas é da organização da secretaria. Então, eu lhe passo
568 isso, de ter uma tramitação mais tranquila. A questão do Sindicato dos Arquitetos, a gente
569 tem levantado aqui constantemente, e me deixa bastante preocupado o sindicato não votar
570 por ter uma ação na justiça, tem levantado aqui que vários aqui não poderiam estar
571 votando em condições, porque estão votando duas vezes, todos que estão na CAUGE não
572 poderiam votar aqui enquanto pessoas físicas. Se tiver interesse, a gente já viu uma vez
573 um conselheiro suplente se levantar e ir lá apresentar o projeto porque era da empresa
574 dele. Eu entendo a posição do sindicato, mas acho que, então, tem que aplicar para todo
575 mundo, senão a gente pode ter uma alteração de lotação, porque um voto se mostrou



576 coerente e os outros não estão coerentes. A questão do mérito do processo em si, eu fico
577 um pouco cansado de vir aqui eu ouvir que “ah, não, mas os técnicos já analisaram”.
578 Então, vamos para casa! Se vai vir parecer aqui, os técnicos já analisarão e está aprovado
579 pelos técnicos, vamos para casa! Não temos nada para fazer aqui. Eu sou engenheiro
580 agrônomo, se eu largar um processo de análise de um solo na mão de um engenheiro
581 agrônomo, na mão de dois engenheiros agrônomos, na mão de três engenheiros
582 agrônomos, nós vamos ter três pareceres diferentes sobre a qualidade daquele solo,
583 porque um vai querer mais a questão orgânica, o outro mais na questão química, o outro
584 vai analisar mais a composição física. Na advocacia não tem diferença nenhuma, a PGM
585 já analisou, nós temos aqui alguns advogados, se não tivesse dúvida nisso não precisava
586 da profissão de advogado. E está lá escrita a lei e está acabado. Hoje eu respondo um
587 processo onde tem lá o parecer do Procurador-Geral do Município Favreto, hoje juiz
588 federal, dizendo que eu podia fazer aquilo que eu fiz, mas eu respondo processo, algo em
589 torno de R\$ 100 mil, com parecer da Procuradoria Geral do Município. Então, vir aqui dizer
590 que a Procuradoria Geral do Município analisou não responde nada para as nossas
591 responsabilidades, como o conselheiro falou. Nós somos responsáveis pelo o que está
592 sendo votado aqui. Então, eu não posso só pegar o parecer da procuradoria. Então, vou
593 para casa e não preciso mais ler o processo, do que está no entorno sendo questionado. A
594 procuradoria tem um advogado, tem um procurador lá que tem o seu posicionamento...
595 (Sinalização de tempo esgotado). É o posicionamento dele, não necessariamente o único.
596 Obrigado, desculpe. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
597 **Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, eu quero louvar o parecer da Conselheira
598 Claudete, que fez um estudo detalhado e após pedir várias vezes os processos filhotes
599 para poder entender. E o cuidado que nós temos que ter é com os aspectos legais,
600 realmente. E o Campani foi muito feliz em falar que se eu botar três advogados, três vão
601 ter posições diferentes, a hermenêutica permite isso, que é a interpretação das leis. Senão
602 nós não teríamos tantos advogados, bastaria ter um e estaria resolvido o problema. O fato
603 da PGM ter dado parecer não tem nenhuma segurança, o Campani está sendo
604 processado com parecer favorável da PGM. Então, não é levantar suspeitas sobre o
605 parecer da PGM, a interpretação do juiz ou do Ministério Público foi diverso ao parecer do
606 advogado, do Procurador Rogério, que é um procurador com muita coragem. E
607 conceituado, não é um parecer de qualquer procurador, não que os outros, essa
608 procuradora também não mereça o nosso respeito, mas a lei permite interpretações. É
609 interessante ver nesse processo que envolve erros administrativos e que estão tentando
610 corrigir. O próprio colega falou que houve um erro administrativo. E eu ainda tenho
611 algumas dúvidas que para mim não ficou claro, nós estamos regularizando uma rua que é
612 uma praça? Eu não entendi bem isso. O gravame de uma praça, área verde área? É área
613 verde. Desculpe! Uma rua em uma área verde. Eu quero ver se vai ter o mesmo cuidado
614 quando for regularizar uma comunidade de baixa renda, permitir que se regularize, o
615 mesmo cuidado, pareceres de todos os órgãos com o mesmo cuidado. E para mim tem
616 uma coisa insanável ainda nesse processo, que não é apresentação da autorização. Pede-
617 se em nome de uma empresa sem ter autorização. Então, há um vício desde o pedido,
618 desde o início e que não está sanado. É isso! Então, sane os problemas! Agora, não
619 podemos aceitar que a gente está fazendo coisas contrárias ao interesse. Não, nós
620 estamos defendendo posições e tem que ser respeitada. Eu quero ver este Conselho, o
621 próprio Conselheiro do OP ter a mesma posição quando for regularizar uma comunidade
622 de baixa renda, não é? Quero ver ter o mesmo comportamento, a mesma incisão que ele
623 teve aqui hoje, quando regularizar a própria vila que ele mora, que é uma área do INSS.



624 (Sinalização de tempo esgotado). Então, esses dois lados tem que ficar bem claros.
625 Então, comunidade esperando há mais de 20 anos a sua regularização e sempre tem um
626 entrave. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, Secretário. Tendo entrave
627 administrativo, burocrático e não tem a mesma agilidade. Nada contra o empreendedor,
628 mas apenas os cuidados que nós entendemos importantes. Obrigado. **Maristela Maffei**
629 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu fui deselegante, está
630 aqui a Jane, que é a Conselheira Suplente, da Vila São Judas, encravada ao lado da PUC,
631 que pela luta tiveram uma grande resistência e permanecem lá. Nem por isso nós temos
632 qualquer ato estreito de ver as necessidades que a URB, como um total às vezes
633 necessita. A hermenêutica realmente tem essa coisa maravilhosa da filosofia, de poder
634 divergir muitas vezes até mesmo entre os pares que a gente vota, quase que
635 constantemente juntos. Neste sentido quero proferir, combinado com a Jane aqui, o nosso
636 voto favorável a esse projeto por entendermos que é algo que já existia, não há vícios de
637 origem. Portanto, não há ilegalidade, é o nosso voto. Muito obrigada. **Júlio Picon Alt (1º**
638 **Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todas e
639 todos. Quero lamentar a ausência da Claudete, que estava em uma audiência hoje, porque
640 ela com certeza está mais a par desse relatório. Só queria colocar questões importantes,
641 que além do que o Felisberto colocou, de quem pode fazer o pedido, que é uma questão
642 que talvez traga alguma nulidade ou pedido desde o princípio, mas também em relação a
643 questão dos estudos, como o Darci Campani colocou, que foi difícil acessar todas as
644 questões relativas a esse ajuste de gravame, enfim, os seus desdobramentos, devido ao
645 fato do processo estar separado. Por fim, em relação ao que o Rafael colocou, que
646 também em princípio está aqui na página do SEI 716964-0, na folha 347, de que o
647 processo em princípio teria sido objeto de transferência de potencial, já tem uma
648 transferência de potencial construtivo por ele ter sido tombado. Então, é basicamente isso
649 também que o Rafael levanta, que de alguma forma a gente não conseguiu acessar essa
650 informação em decorrência dos processos estarem desmembrados. Daí fica difícil tu
651 conseguires ter todas as informações para conseguir proferir um voto. Então, talvez a
652 gente precisasse de mais tempo, de mais documentos para a gente poder fazer uma
653 análise mais acurada antes de proferir as nossas lotações. Parece que está aí, duas
654 nulidades já foram levantadas aqui, mas também cumpre aos outros órgãos também o
655 controle de constitucionalidade ou não dessa proposta aqui. Então, é isso, a Acesso
656 apresentou já o voto completo e com parecer desfavorável. **Germano Bremm, Presidente**
657 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só a título
658 de esclarecimento. Assim, da competência deste Conselho é importante a gente refletir, o
659 Conselho do Plano Diretor tem o papel de fazer a análise do interesse daquele gravame,
660 nesse caso aqui, para a cidade, se nós queremos viabilizar. Ele faz uma análise do
661 aspecto político social e de comunidade. Os aspectos formais, necessariamente são
662 competência do município avaliar sob sua responsabilidade. As instâncias lá, desde o
663 protocolo, as etapas posteriores, essa avaliação, necessariamente aqueles técnicos que
664 avaliaram com competência e formação específico para aquela finalidade, eles têm essa
665 prerrogativa e vão responder no caso de alguma nulidade, ilegalidade. Eu diria assim,
666 claro, o debate é sempre livre, é salutar para amadurecer todos os processos, mas por que
667 não chega talvez tanto esse aspecto da formalização, do processo, porque
668 necessariamente isso é visto em outra instância. Este Conselho é muito maior do que esse
669 aspecto da formalidade, o aspecto da formalidade existe em um servidor público específico
670 que nem recebe o processo lá se o interessado não tem legitimidade para requerer. Este
671 Conselho é muito mais grandioso, ele analisa o aspecto de Plano Diretor, de cidade, o que



672 se quer para a cidade. É nesse aspecto que a gente tem que fortalecer o trabalho do Plano
673 Diretor, não nesse aspecto mais formal de deixar para administração, que tem a sua
674 competência e a responsabilidade, naturalmente, por qualquer ilegalidade, nulidade.
675 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**
676 **AREA:** Eu queria comentar uma coisa assim, o que eu ia falar, Germano, sinceramente, o
677 que veio aqui é desgravame de traçado viário e é sobre isso que a gente tem que tratar. Aí
678 o Germano também falou aqui, se nós vamos ficar olhando se tem um formulário, um
679 requerimento, uma matrícula, se vai pegar alguém de uma região que não é um advogado,
680 não é um arquiteto e ele é o relator do processo, ele não vai ver isso, e não é competência,
681 vão ver o que é competência do Conselho! Por favor, eu estou achando excelente as tuas
682 colocações, Germano, porque é esclarecedor. O fato gerador porque o processo veio, se o
683 processo vem bem instruído, bem esclarecido, nós não temos que estar pedindo 10, 15
684 processos porque o desgravame está passando numa rua lá. Se o processo vem
685 esclarecido está tudo esclarecido, é uma questão de vir bem instruído. Segundo, nós até
686 podemos levantar, mas não temos obrigação de olhar se a matrícula está atualizada ou
687 não, porque como os processos demoram, provavelmente, e com certeza a matrícula não
688 está mais atualizada, porque os processos demoram muito. Então, coincidentemente, o
689 que eu ia falar tu falaste minutos antes. Eu acho que nós temos que rever esses processos
690 aqui dentro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
691 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu acho que o nosso desafio é a
692 gente instruir, isso sim, faço a *mea culpa*, a gente instruir corretamente os processos.
693 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
694 **Grande do Sul – SAERGS:** Eu pedi a palavra, na verdade, até coloquei meu impedimento
695 quanto a esse processo, mas para não passar em branco, como nós damos opiniões, eu
696 discordo com todo respeito, frontalmente, ao que o senhor colocou. Este Conselho, todos
697 os conselheiros têm a responsabilidade, a obrigação e a responsabilidade de ver, se ele
698 descobrir que em um processo tem irregularidades, ele é obrigado a apontar, sob pena de
699 ser corresponsável. Em relação ao Sérgio, com todo o respeito, a gente sabe e eu coloco
700 aqui aos colegas funcionários que são arquitetos, porque a gente defende os arquitetos,
701 mas já houve processo administrativo inclusive com colegas afastados do quadro,
702 exonerados da prefeitura, porque impunham, colocavam no processo informações falsas,
703 aceitavam que o processo tramitasse irregularmente. Isso foi ação no Ministério Público.
704 Todo mundo faz o discurso da moral, dos bons costumes e da ética, mas quando se trata
705 da nossa casa a gente acha que tem que fazer o olho branco. Desculpa a alteração, mas é
706 uma questão de princípio, uma questão básica, os conselheiros são obrigados ao
707 reconhecerem em qualquer irregularidade apontarem. Não estou dizendo que eles têm que
708 sair atrás de irregularidades, mas aqueles que gostam de pesquisar é a sua função
709 também. É o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Eu estava
710 tentando achar as atribuições, não abriu a rede, mas é a minha discordância. **Germano**
711 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
712 **SMAMS:** É o art. 29 do Plano Diretor que estão as competências do Conselho. Eu entendo
713 perfeitamente a sua consignação, mas, naturalmente, que a gente não pode exigir muitas
714 vezes esse conhecimento técnico da análise específica, que existe uma contratação, uma
715 formação superior ou não para aquela análise especificada. Então, naturalmente, aqui
716 mesmo às vezes a gente tem conselheiros que tem formação superior, como o Darci em
717 determinada matéria vai ter mais conhecimento, mas eu não posso exigir que o Darci faça
718 a análise e seja responsável pela análise técnica, embora ele vá ter esse conhecimento
719 técnico, mas não pode ser responsável por essa análise técnica. Ele vai fazer uma análise



720 de competência do conselho do Plano Diretor, que é muito maior, uma análise de cidade.
721 É nesse aspecto que eu tento contribuir. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro**
722 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Na verdade, o senhor falou
723 o que eu ia falar, a formação dos colegas, concordo com o Hermes, se a gente detectar é
724 uma coisa, mas os olhos dele de arquiteto, de engenheiro, para os meus que sou
725 administrador, é um pouco diferente nesses processos da prefeitura. Então, a não ser que
726 a gente ache uma aberração, aí não tem como não saber. Enfim, era isso. **Fernando**
727 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
728 **SENGE/RS:** Só para complementar a minha fala, queria fazer três esclarecimentos. O
729 gravame está vinculado ao traçado viário e não à edificação propriamente dita. Segundo é
730 quanto ao processo, no primeiro pedido de vista que eu tive acesso, que foi encaminhado
731 por esta secretaria, no processo eletrônico tinha links a todos os processos vinculados a
732 esses. Eu tive acesso desde o primeiro, não me senti não privilegiado por ter ou não
733 acesso a algum documento. (Inaudível – fala no microfone). Eu não tive essa impressão
734 em nenhum momento. Então, o link que foi encaminhado me deu acesso a todos os
735 processos filhotes vinculados a este. Então, gostaria de esclarecer. **Germano Bremm,**
736 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
737 Não havendo mais inscritos passamos a votar o processo 3.2 da pauta, parecer contrário
738 da relatora, interessado Obraprima Incorporações e Construções Ltda., Processo SEI
739 18.0.000136847-4. Quem é favorável ao parecer da relatora, parecer contrário,
740 relembrando. Quem é favorável ao parecer contrário da relatora, por favor. (Contagem de
741 votos = 04 votos). Quem é contrário ao parecer da relatora? (Contagem de votos = 15
742 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **REPROVADO O**
743 **PARECER.** Então, a gente redistribui o processo da relatora para o conselheiro que já
744 temos aqui o processo de redistribuição. É para a RGP. 3, na ordem que a gente tem. Há
745 um impedimento, que a gente retira da abstenção, é o impedimento do Conselheiro
746 Hermes. Passamos ao item **3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport**
747 **Club Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891.**
748 **RELATOR: RGP. 2.** A gente tem pedido de vista de duas semanas, ficou acordado.
749 **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** O Conselheiro Felisberto entregou o processo,
750 conforme combinado na segunda-feira. O processo fica aqui na secretaria à disposição.
751 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu sugeri
752 que nós tivéssemos vista conjunta e tivéssemos um dia, inclusive, que a assessoria técnica
753 tanto dos conselheiros, como da prefeitura, estivesse a nossa disposição. **Gabrielle**
754 **Aquino, Secretária Executiva:** O que a senhora acha, o Conselheiro Paulo Jorge havia
755 solicitado levar o processo hoje e entregar... (Manifestação fora do microfone). Então,
756 vamos deixar o processo com vista coletiva durante toda semana e se o Conselheiro Paulo
757 quiser leva na sexta-feira e entrega na segunda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular),**
758 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, a reunião do Conselho
759 Popular da Cruzeiro é toda quarta-feira. Então, eu gostaria de levar na quarta-feira.
760 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
761 **Sustentabilidade - SMAMS:** Em função do grande número de pessoas que pediram,
762 quem sabe outra estratégia. Vamos deixar à disposição, porque vai ser difícil compor.
763 Vamos deixar aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
764 **Planejamento Seis – RGP. 6:** A Conselheira Maristela sugere a vista coletiva. Então, se
765 tentássemos agendar esta vista para amanhã á tarde? Ele pode tirar as dúvidas e já levar
766 para a sua comunidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
767 **Planejamento Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM.** Eu entendo que é direito do Paulo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

768 Jorge quer que a comunidade dele analise, como a RGP. 1 teve, que levou para os seus
769 delegados e tirou uma posição. Nós temos alguns condicionantes com relação a esse
770 processo e nós vamos colocar no momento oportuno. Então, eu acho que o Paulo Jorge
771 tem todo direito de consultar os seus delegados e a comunidade, porque é lindeiro ao
772 empreendimento. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e**
773 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está
774 encaminhado. Passamos ao item **3.4. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO:**
775 **Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTO: Valores de solo criado. RELATOR: ÁREA.**
776 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**
777 **AREA:** Primeiro queria falar, porque não ficou registrado, como eu tinha colocado um
778 pequeno histórico do processo para as pessoas entenderem e eu tinha posto em diligência
779 para votação, não foi necessário entrar em votação. No caso o presidente tinha
780 conhecimento do assunto, esclareceu e só quero colocar como ficou. Então, o meu
781 questionamento era como que tinha uma lei atual e esse processo é sobre uma lei que, ou
782 era lei atual, ou um processo que estava tramitando na câmara, que hoje já está provado,
783 que é que ela Lei Complementar nº 850. Então, a resposta no caso do Germano, que foi
784 anexada ao processo é o seguinte: (Leitura do esclarecimento). Eu queria colocar, na
785 verdade, de novo em diligência, mas, na verdade, é um procedimento que o Conselho já
786 tem feito aqui quando tem um empreendimento e o empreendedor é convidado para fazer
787 uma apresentação, como o Sport Club Internacional veio aqui fazer uma apresentação.
788 Não é bem empreendimento, mas é uma situação que eu quero trazer uma semelhança.
789 Eu estou fazendo uma solicitação ou uma diligência, que como todos deve ser aprovada,
790 que seja convidado para apresentação da metodologia utilizada para a elaboração dos
791 valores do solo criado, visto principalmente que a composição dos membros deste
792 conselho, os quais não participaram do processo anterior, no final de 2016 não aprovado
793 pelo conselho, para obter maiores esclarecimentos, inclusive sobre o que trata
794 efetivamente o processo. Eu vou mostrar em tela... Eu já anexeí outras perguntas, que eu
795 espero que ajude aos conselheiros, alguém da UDRE, também alguém da Secretaria da
796 Fazenda poderia tirar essas dúvidas. Na nossa análise, essa tabela em Excel, à esquerda
797 são as macrozonas, quarteirões, os valores de cada quarteirão. E à direita peguei os
798 valores que veio no SEI para nossa aprovação. Isso mostra a variação de alguns valores.
799 Alguns grupos não têm valor. Os valores propostos hoje são menores do que os
800 apresentados no SEI anterior em 2016. Eles vindo aqui vão explicar isso. Eu pincei de
801 cinza a Icarai, por exemplo, que se vocês forem ver, o valor proposto agora em 2019 é
802 2.165, a Carlos Gomes é 1.600, Olavo 1.800, Santo Inácio e Padre Chagas têm valores
803 menores. Os valores eram maiores do que estão vindo agora. A outra pergunta é saber por
804 que valores diferentes para imóveis localizados na mesma rua, diversos estão localizados
805 frente a frente, recebendo do município o mesmo serviço de água, a mesma
806 pavimentação, os mesmos possuem os mesmos valores de mercado. (Leitura das
807 perguntas). Então, a gente de novo pinçou a João Telles, onde temos um número de um
808 lado da rua, no outro o 329, na tabela de 2000, que vem agora, mas isso é um erro que
809 vem todos os anos, não é desta vez. Eu queria entender, não é desta vez, eu quero
810 entender a metodologia, o porquê disso. Este terreno aqui que tem um índice de 1.3, ele
811 está com 2.700 o valor do solo criado. Este que tem um índice maior está com o valor solo
812 criado menor e estão na mesma rua. Então, eu acredito que o se o Conselho aprovar que
813 seja convidado alguém da UDRE, porque hoje eu vi no processo que a UDRE está muito
814 mais instruída do que naquela vez para poder fazer esclarecimentos, muito mais colocando
815 as suas necessidades como órgão planejador, porque participou ativamente na elaboração



816 desta tabela que veio aqui para o conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
817 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, obrigado.
818 Alguma oposição ao pedido de esclarecimentos do Conselheiro? **Luiz Antônio Marques**
819 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE
820 ORDEM. Presidente e conselheiros, reforçando, essa matéria é muito complexa e
821 extremamente importante. Isso se encaixa em uma das questões da competência deste
822 Conselho, lá do art. 39, onde cabe a nós aprovarmos a metodologia para definição dos
823 valores do solo criado e aprovar os valores, que são semestrais, com a nova lei muda.
824 Semestrais nunca foi viável de fazer, realmente, vai ter um prazo maior e talvez seja esse
825 prazo respeitado de trazer para o conselho essa questão. Pela importância desse dessa
826 matéria eu sugiro ao Sérgio que seja convidada a Secretaria da Fazenda, porque é lá que
827 estão sendo feitos os cálculos, os técnicos que aplicam a metodologia e que devem vir
828 aqui nos explicar a metodologia estão na Fazenda. A concepção mais de política urbana,
829 que foi uma grande evolução, aí sim está lá no pessoal da UDRE, que são dois colegas
830 que já estiveram aqui diversas vezes. E de certa forma eles também têm toda a
831 preocupação de alguns anos, se colocasse dentro de uma perspectiva de planejamento
832 urbano, o que é muito bem foi colocado nesse processo, nesse projeto novo que passou
833 pela Câmara, foi homologado, falta regulamentar, no qual o Presidente Germano participou
834 intensamente. Então, eu não abriria mão, como sugestão, Sérgio, de fazer a convocação
835 como convite, eu acho que nem chega a ser uma diligência, como convite para a Fazenda,
836 os técnicos que operam com os cálculos do solo criado e com os nossos colegas
837 arquitetos, os urbanistas da UDRE. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
838 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente convida toda a
839 equipe técnica responsável para tentar esclarecer isso aí o máximo possível. **Rafael Pavan**
840 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Vou tentar
841 contribuir com o que traz o Conselheiro Saffer. Observando ali, claro, não é só o endereço
842 que é o determinante para um valor do solo criado. Já assalta aos olhos no primeiro
843 momento, por exemplo, a questão da João Telles, onde o índice é 1,3, o índice mínimo, o
844 solo criado o custa a R\$2.100,00. Onde é 2,4 está R\$ 1.100,00 o metro quadrado. Quer
845 dizer, já explica aí, pela questão da oferta de índice que tu tens no mínimo, quer dizer, tu
846 tens o mínimo baixo, o teu solo criado vai ficar mais caro. O único caso em que essa
847 diferença de valor não é acompanhada naqueles três casos que tu trouxeste é o caso da
848 Praia de Belas, que está falando de terrenos um defronte ao outro. Aí tem que avaliar a
849 questão de quarteirão. E nesse sentido, a questão de quarteirão, a preocupação que não
850 vejo sinceramente, e acompanho a algum tempo, apesar do IAB ter passado alguns anos
851 longe do CMDUA, algo fundamental para que se possa continuar outorgando índice nesta
852 cidade, que é a questão do monitoramento. Certamente, há locais em Porto Alegre onde
853 não se deveria mais (Inaudível) ofertando índice, só que nós não sabemos disso, porque o
854 monitoramento previsto no Plano Diretor para que se possa outorgar onerosamente mais
855 índice construtivo não acontece. Ou seja, é uma falha do sistema municipal de gestão de
856 planejamento previsto no Plano Diretor. Então, é uma preocupação, que reforço o que traz
857 o Gomes, trazer o Secretário da fazenda, trazer a UDRE, mas trazer também alguma
858 manifestação sobre o monitoramento do planejamento, para que a gente possa saber
859 realmente onde há oferta, onde não deveria mais haver oferta de solo criado. (Sinalização
860 de tempo esgotado). Principalmente com o impacto que pode ter o aumento do índice
861 direto no balcão. (Sinalização de tempo esgotado). Vai tornar muito mais acessível e o
862 monitoramento é muito mais fundamental, porque há um limite para eficiência urbana em
863 relação à densidade, seja para o máximo, seja para baixo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**



864 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que na
865 continuação desse processo de solo criado, que já houve um debate em 2015/2016 aqui
866 dentro pelo nosso Conselheiro que se foi, o Osório. Inclusive, houve um seminário para
867 discussão sobre isso aqui dentro, saiu uma comissão aqui para trabalhar, foi investigado,
868 houve um trabalho forte com a Secretaria da fazenda para ver os valores, a distorção de
869 valores e também onde vai aplicar. Aí ficou a questão do nosso amigo Furtado fazer uma
870 explanação de todo o solo criado, mas o DEMHAB não fez, está devendo isso aí. Então,
871 eu peço que o Furtado também seja citado dentro desse processo, porque vir a explicação
872 do DEMHAB. O solo criado é para quê? Quais os valores e por que um imóvel na Icaraí
873 custa “x”, outro imóvel lá em cima custa “x”? Por exemplo, para ter o levantamento de uma
874 área, como é feito o levantamento de dados? Então, trazer o Busatto da Secretaria da
875 Fazenda, mas também trazer aqui... (Sinalização de tempo esgotado). Também os que
876 fazem esse trabalho lá dentro, porque o Conselho tem que ter de 2 em 2 anos, está dentro
877 do regimento interno, nós temos que fazer essa revisão. E aonde vai esse dinheiro? Então,
878 convoca também o DEMHAB para dar explicação aonde vai esse dinheiro, para dar
879 explicação... (Sinalização de tempo esgotado). Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi**
880 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Queria reiterar sobre o
881 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, mas também não podemos esquecer
882 que a gestão é feita com o COMATHAB. Então, teria que também chama-los para vir aqui,
883 porque tem recursos do solo criado que vão para habitação de interesse social. Segundo,
884 informações desencontradas ou não, não se sabe se são 28 milhões ou 30 milhões para o
885 fundo. Então, contabilmente, aparece esse recurso, mas o diretor do DEMHAB diz que não
886 existe esse recurso. Aonde foi esse recurso? Quem aplicou esse recurso? Então, é
887 importante que o convite também o diretor do DEMHAB que venha aqui para que a gente
888 possa ter também esclarecimento sobre essa questão dos recursos do solo criado que é
889 utilizado no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Obrigado. **Rogério Dal**
890 **Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O
891 SINDUSCON também se posiciona favorável às solicitações do Conselheiro Luiz Gomes,
892 do Conselho Saffer, no sentido de fazer o convite na Secretaria da Fazenda, os técnicos
893 que venham aqui explicar um pouco dessa metodologia. Acho que o Dr. Germano lembra
894 da outra vez que a gente fez essa discussão aqui, que se criou uma comissão, eu
895 representava o SINDIMOVEIS na época, o SINDIMÓVEIS ofereceu de contratar um
896 técnico junto com o SINDUSCON para que a gente pudesse entender melhor a
897 metodologia e propor uma nova metodologia mais bem ajustada ao nosso entendimento,
898 naquela oportunidade. Nós não entendíamos porque de 2014 para 2016 aumentou em
899 64% os valores. A gente fez vários estudos, várias ponderações e acabou que os valores
900 não foram aprovados aqui. Então, ali, quando o Saffer faz aquela demonstração, algumas
901 coisas eu compreendo dali, mas outras coisas com relação à metodologia eu não
902 compreendo. A gente sabe que toda a base é uma planta de valores que a prefeitura pode
903 ter feito a planta de valores e com isso ter encontrado aquelas famosas diferenças que a
904 gente já apontava. Até pode também ser que tenham adotado alguns critérios que nós
905 apontamos naquela oportunidade, mas isso a gente não sabe. A gente quer saber se a
906 metodologia mudou ou se é a mesma metodologia depois de todos aqueles estudos que a
907 gente fez aqui no conselho. Então, é de bom tom que eles venham aqui nos explicar. **José**
908 **Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação –**
909 **DEMHAB:** Só reinteirando ao Conselheiro Felisberto e ao Paulo Jorge, como não está
910 diretamente ligado a um processo e análise neste Conselho, eu já havia falado na reunião
911 passada que oficialize, faça um documento solicitando essas informações e encaminhe à



912 mesa, que vai providenciar. Nós não estamos discutindo diretamente o processo e sim um
913 pedido de duas comunidades sobre a questão do Fundo Municipal de Habitação, que tem
914 envolvimento também com a CUTHAB. Então, oficialize, ponha no papel e entregue à
915 direção da mesa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
916 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Alguns pontos poderia esclarecer
917 dos que foram levantados aqui com relação a fórmula de cálculo, as mudanças na lei, o
918 que se tinha, o que não, mas vamos aproveitar a oportunidade de com o corpo técnico,
919 com os colegas da Fazenda, vamos convidar. Os colegas da Secretaria de
920 Desenvolvimento Econômico, o Dr. Maicon, assessor jurídico, que já pode levar o parecer
921 do Saffer, o encaminhamento com as dúvidas levantadas e a gente faz um esclarecimento
922 no conjunto do município. A gente aproveita a oportunidade para nivelar o conhecimento,
923 aprender um pouco mais, porque é complexa essa questão dos valores. E u mesmo que
924 estou há muitos anos e me especializei nessa matéria às vezes tenho uma dificuldade de
925 compreensão. Então, acho que é positivo de a gente fazer esse esclarecimento e pontuar
926 aquilo que os técnicos têm clareza lá. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense**
927 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não sei se vai colocar em votação. **Germano**
928 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
929 **SMAMS:** Há alguma objeção ao pedido? Não. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
930 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria comentar, tu
931 participaste dessa nova elaboração, que tu foste até convidado aqui e desse uma situação
932 dessa nova lei. Então, quando eles vierem tu também poder dar algumas explicações. Eu
933 só queria comentar, existe uma tabela que é pública, que quando tu queres comprar solo,
934 ele diz se tem ou não tem. Eu entendo que para ela existir eles devem estar fazendo,
935 porque tem zonas que não tem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
936 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos deixar esse debate. Eu até
937 poderia esclarecer essa questão de monitoramento, mas já que vai ter vamos deixar para a
938 próxima. Obrigado senhores. Então encerrada a nossa reunião. **ENCERRAMENTO:**
939 **19h15min.**

940
941

942

943

944

945 **Germano Bremm**

946 **Presidente**

947

948

949

950

951 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**

Secretária Executiva

Relatora